

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
ANA FRAZÃO
Coordenadores



Prefácio
Luís Roberto Barroso

COMPLIANCE
Perspectivas e desafios dos
programas de conformidade

Belo Horizonte

F1 FÓRUM

2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

1134799

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C736 Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade / Ricardo Villas Bôas Cueva. Ana Frazão (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

527p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0564-3

1. Direito Econômico. 2. Economia. 3. Governança Corporativa. I. Cueva, Ricardo Villas Bôas. II. Frazão, Ana. III. Título.

CDD 341.372
CDU 346

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Coord.). *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 527p. ISBN 978-85-450-0564-3.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO: COMPLIANCE E A REFUNDAÇÃO DO BRASIL

Luís Roberto Barroso	15
I Introdução	15
II O quadro brasileiro atual	16
III Conteúdo e importância de <i>compliance</i>	19

APRESENTAÇÃO

Ricardo Villas Boas Cueva, Ana Frazão	23
--	----

 PARTE I
 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COMPLIANCE NO DIREITO BRASILEIRO

Milena Donato Oliva, Rodrigo da Guia Silva	29
1 Introdução: o desenvolvimento recente do <i>compliance</i> no Brasil	29
2 O tratamento do <i>compliance</i> pelo direito positivo	30
2.1 Alguns exemplos	34
3 Vantagens do <i>compliance</i> e seu importante papel na prevenção e reparação de infrações à ordem jurídica.....	40
4 A relevância dos programas de <i>compliance</i> no âmbito da responsabilização administrativa das pessoas jurídicas: conjugação da função repressiva com a função promocional do direito.....	42
5 Síntese conclusiva	48
Referências.....	49

FUNÇÕES E FINALIDADES DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

Ricardo Villas Boas Cueva	53
1 Introdução	53
2 Conceito e alcance dos programas de <i>compliance</i>	53
3 Funções dos programas de <i>compliance</i>	57
3.1 A função protetiva	58
4 Perigos e desafios dos programas de <i>compliance</i>	61
5 Finalidades dos programas de <i>compliance</i>	63
5.1 <i>Compliance</i> criminal	64
5.2 <i>Compliance</i> antitruste	65

5.3	<i>Compliance</i> anticorrupção.....	66
5.4	<i>Compliance</i> na proteção de dados pessoais	67
6	Considerações finais.....	69

DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

Ana Frazão, Ana Rafaela Martinez Medeiros	71
1 Introdução	71
2 A delicada relação entre autorregulação e heterorregulação: a valorização da autonomia privada a partir dos devidos incentivos.....	74
3 O problema dos custos dos programas de <i>compliance</i> e a necessária adequação diante do tamanho e das características de cada empresa.....	80
4 A influência do <i>shareholder value</i> no <i>compliance</i> e necessidade de criar uma cultura empresarial de respeito à ética e à legislação.....	82
5 A necessidade de diferenciar programas de fachada de programas efetivos.....	90
6 As diretrizes gerais de um programa de <i>compliance</i> efetivo	92
6.1 Avaliação dos riscos	95
6.2 Código de Ética e Conduta.....	97
6.3 Organização compatível com o risco da atividade.....	98
6.4 Comprometimento da alta administração.....	98
6.5 Autonomia e independência do setor responsável pela supervisão do programa de <i>compliance</i>	99
6.6 Cultura corporativa de <i>compliance</i>	100
6.7 Monitoramento contínuo e atualização.....	101
6.8 Treinamento	101
6.9 Canais de comunicação	101
7 Considerações finais.....	102

OS REQUISITOS DE UM BOM PROGRAMA DE COMPLIANCE

Ricardo Simonsen	105
Programas de integridade	106
Mudança cultural.....	108
Qual é o papel do <i>compliance</i> ?	109
Funcionamento da área de <i>compliance</i>	112
Fatores diferenciais na implantação do <i>compliance</i>	118
O <i>compliance</i> nas estatais	119
Melhoria do ambiente de negócios.....	120
O funcionamento do <i>compliance</i> : aplicação a um programa de integridade	121
Conclusão	126
Referências.....	126

CORRUPÇÃO, CULTURA E COMPLIANCE: O PAPEL DAS NORMAS JURÍDICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO AO ORDENAMENTO

Ana Frazão, Angelo Gamba Prata de Carvalho	129
1 Introdução	129
2 Bases culturais da corrupção e cultura corporativa do <i>compliance</i>	131
3 A relação entre heterorregulação e autorregulação e os impactos do <i>compliance</i> anticorrupção	138
4 O <i>compliance</i> na legislação anticorrupção brasileira: desafios e perspectivas em sua implementação	140
5 Conclusão	146
Referências	148

PARTE II

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DO GOVERNO: UMA VISÃO SOBRE A ESTRUTURA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUA ATUAÇÃO NO TRABALHO PREVENTIVO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Anderson Pomini	153
Introdução	153
1 <i>Compliance</i> × corrupção: mundos diferentes em um mesmo ambiente	154
2 <i>Compliance</i> no âmbito da Administração Pública	156
3 A Controladoria-Geral do Município de São Paulo e a integridade da Administração Pública	158
4 O <i>compliance</i> promovido pela CGM	159
Considerações finais	164
Referências	165

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA ECONÔMICA

Eduardo Saad-Diniz	167
1 Introdução	167
2 Algumas lições do pensamento criminológico	169
3 Dos <i>street crimes</i> aos <i>white-collar crimes</i> e dos <i>white-collar</i> <i>crimes</i> aos <i>corporate crimes</i>	174
4 Pesquisa criminológica comparada e controle social formal das organizações	179
5 <i>Enforcement</i> e <i>compliance</i>	185
6 A título de conclusão	190

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Caroline Pinheiro	193
1 Introdução	193
2 Interesse social: uma reflexão permanente	194
3 <i>Compliance</i> : finalidades, sentidos e uma breve abordagem sobre as teorias aplicáveis	196
4 Direito e poder: uma visão crítica do <i>compliance</i> e do objeto do direito societário	201
5 Considerações finais	215
Referências	217

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE NO BRASIL

Fabio Selhorst, Fábila Dupont, Maria Ticianara Araújo	219
1 Dos programas de <i>compliance</i> e dos mecanismos de integridade	219
2 Cultura organizacional e a elaboração dos programas de <i>compliance</i>	220
3 Da implementação dos programas de <i>compliance</i>	221
3.1 Do papel dos <i>compliance officers</i>	222
3.2 Senso de urgência	222
3.3 Coalisão de profissionais	223
3.4 Comunicação da mudança de visão, missão e valores	224
3.5 Criação de ganhos a curto prazo	225
3.6 Sustentar a mudança é essencial	225
4 Peculiaridades advindas da natureza das organizações	226
4.1 Empresas familiares	226
4.2 Empresas transnacionais	227
4.3 Empresas estatais	228
5 Conclusão	230

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS: UMA VISÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

Domingos Soares Farinho	233
1 Introdução	233
1.1 O quadro legal de partida	233
1.2 Bom governo e cumprimento de regras	237
1.3 Os tópicos específicos da (boa) governança das empresas estatais	238
2 Programas de integridade e de governança	240
2.1 Preparação e revisão dos programas	240
2.2 Âmbito e conteúdo dos programas	241
2.2.1 Estratégia de bom governo	241

2.2.2	A estrutura do programa de integridade e governança	242
3	Especificidades dos programas das empresas estatais	248

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE EM MULTINACIONAIS

Patrícia Godoy Oliveira	251
1 Introdução	251
2 Definição e escopo de <i>compliance</i> para a sua empresa	253
3 Definição dos principais riscos corporativos	256
4 Políticas globais de <i>compliance</i>	260
5 Processo decisório individual dos colaboradores.....	261
6 Procedimentos para cumprimento local das políticas globais..	268
7 Conclusão	270
Referências.....	272

QUEM PRECISA DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)?

Thiago Marrara	275
Introdução: a necessidade de ampliação do debate	275
1 <i>Compliance</i> e a realidade empresarial brasileira	277
2 <i>Compliance</i> , contratualização administrativa e terceiro setor	282
3 O papel do Estado: controle interno basta?.....	286
4 O que programas de integridade ensinam ao Estado?	290
5 Conclusão	292
Referências.....	294

LENIÊNCIA, COMPLIANCE E O PARADOXO DO OVO OU DA GALINHA: DO COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE AUTORREGULAÇÃO EMPRESARIAL

Amanda Athayde, Ana Frazão		297
1	Introdução	297
2	Leniência como causa e <i>compliance</i> como consequência.....	298
3	<i>Compliance</i> como causa e leniência como consequência.....	303
4	<i>Compliance</i> como instrumento de autorregulação empresarial.	307
5	Conclusão	309

PARTE III PRINCIPAIS TIPOS DE COMPLIANCE

COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Fábio Medina Osório	317
1 Breve histórico e conceito de corrupção.....	317
2 O Brasil e o microsistema jurídico de combate à corrupção....	321
3 O sistema jurídico de responsabilidade objetiva de empresas pela prática de atos corruptos.....	326

4	Os destinatários da norma e a atenuação, exclusão de responsabilidade. O <i>compliance</i> anticorrupção, programa de integridade ético-corporativa.....	329
4.1	Tipicidade das condutas na lei anticorrupção empresarial brasileira.....	332
4.2	Tipicidade da conduta da empresa por organização defeituosa: o <i>compliance</i> inefetivo.....	336
4.3	<i>Compliance</i> anticorrupção como elemento de exclusão da tipicidade da conduta ilícita da empresa	339
5	A integração entre as normas nacionais e internacionais no combate à corrupção	340
	Referências.....	357

PROGRAMAS DE COMPLIANCE – DESAFIOS DA MULTIPLICIDADE INSTITUCIONAL PARA O SETOR PRIVADO
Vinicius Marques de Carvalho, Marcela Mattiuzzo, Bruno Silva e Souza

	Introdução	361
1	Introdução	361
2	A relevância do <i>compliance</i> no contexto empresarial atual	362
3	A multiplicidade institucional.....	365
3.1	Multiplicidade no Brasil.....	367
3.1.1	Defesa da concorrência.....	373
3.1.2	Combate à corrupção.....	374
3.1.3	Mercado financeiro e valores mobiliários.....	375
3.2	<i>Compliance</i> e multiplicidade institucional – Os desafios	375
4	Conclusão	379

ALGUMAS LINHAS SOBRE COMPLIANCE CRIMINAL

	Pierpaolo Cruz Bottini, Beatriz Dias Rizzo, Marcela Rocha	381
1	Introdução	381
2	O porquê do <i>compliance</i>	384
3	<i>Compliance</i> e reputação	385
4	Características do <i>compliance</i>	388
5	Marco legal	389
6	Tendências jurisprudenciais.....	390
7	Conclusão	395
	Referências.....	395

O COMPLIANCE E A COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

	Magno Federici Gomes, Warley Ribeiro Oliveira	399
	Introdução	399
1	A sociedade de risco.....	400
2	Do objetivo do desenvolvimento sustentável	402

3	O Direito Administrativo holandês: análise do princípio da cooperação	405
4	O licenciamento ambiental	407
5	A corrupção no Brasil	411
	Considerações finais.....	415
	Referências.....	416

COMPLIANCE TRABALHISTA

Luís Carlos Moro	421
1 Introdução	421
2 Origens	422
3 A legislação brasileira	429
4 O <i>compliance</i> em sua dimensão punitiva	431
5 O <i>compliance</i> em sua dimensão preventiva	432
6 A abertura de novas possibilidades	434
7 Conclusão	435

COMPLIANCE, GOVERNANÇA E REGULAÇÃO

Márcio Iorio Aranha	437
1 Introdução	437
2 Governança empresarial, governo regulatório e governança regulatória	437
3 <i>Compliance</i> regulatório	439
4 Direito e <i>compliance</i> social	441
5 <i>Compliance</i> regulatório e coerção intrínseca e extrínseca	446
6 Estratégias regulatórias e <i>compliance</i> regulatório	447
7 Conclusão	448
Referências.....	449

COMPLIANCE BANCÁRIO

Isaac Sidney	453
1 Introdução: o conceito de <i>compliance</i>	453
1.1 Adaptações na história recente.....	454
1.2 Atualidade do tema.....	455
2 <i>Compliance</i> no SFN: a perspectiva do BC.....	456
2.1 Regulação financeira e de <i>compliance</i>	456
2.1.1 A transição histórica	457
2.1.2 Uma regulação concertada	458
2.1.3 O BC e sua regulação.....	459
2.2 BC e Supervisão do SFN: visão geral e objetivos	462
2.2.1 Supervisão baseada em riscos.....	463
2.2.2 Supervisão de conduta.....	464
2.3 Estrutura e cultura de <i>compliance</i> : adesão e conformidade.....	465
3 <i>Compliance</i> no Banco Central.....	467

3.1	Contexto histórico e arcabouço jurídico: papel do Estado e gestão pública em nova era	467
3.2	Adaptações no BC: estrutura (áreas, unidades, comitês) e cultura institucional	469
4	Conclusão	471

UM NOVO COMPLIANCE NO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR PARA SOLUÇÃO DE UM VELHO PROBLEMA: AS FRAUDES EM ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME)

Fabiano Catran, Danilo Leme Crespo	475
1 Considerações iniciais.....	475
2 A mercantilização da Medicina: uma ameaça ao setor de saúde	478
3 O crime organizado: a máfia das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).....	481
4 O <i>compliance</i> no setor de saúde suplementar	484
4.1 A sociedade do risco: uma reflexão necessária.....	484
4.2 O <i>compliance</i> como boa prática de governança corporativa e controles internos.....	486
4.3 O <i>compliance</i> no setor da saúde suplementar: o combate às fraudes em Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)	489
5 Conclusão	494
Referências.....	496

EM DEFESA DO CROSS-COMPLIANCE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Antônio Augusto de Souza Coelho	499
1 Introdução	499
2 O <i>cross-compliance</i> no agronegócio: experiência europeia	501
3 <i>Cross-compliance</i> no agronegócio: a experiência norte-americana.....	505
4 <i>Cross-compliance</i> no agronegócio brasileiro.....	509
4.1 O programa de integridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	509
4.2 Em defesa do <i>cross-compliance</i> do agronegócio no Brasil: críticas e sugestões.....	513
5 Conclusão	517
Referências.....	519

SOBRE OS AUTORES.....	523
-----------------------	-----